

O Processo de Difusão de Conhecimento para um Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável

Silvia Moraes Gomes UVV Faculdade de Guaçuí guacui@uvv.br	Marcio José Furtado UVV Faculdade de Guaçuí marciofurt@yahoo.com.br	Flávio Pavesi Simão UVV Faculdade de Guaçuí flavios@uvv.br	Josélia Rita da Silva UVV Faculdade de Guaçuí Josélia.silva@uvv.br
---	---	--	--

RESUMO

A educação ambiental, as ações para a sustentabilidade, bem como o turismo, são temas atuais, que a cada dia estão mais inseridos no cotidiano da sociedade brasileira. A região do Caparaó, situada entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, se destaca, nesse contexto, uma vez que tem crescido o número de pessoas, e organizações, interessadas em aproveitar os seus recursos e potencialidades naturais de modo sustentável. Sendo assim, torna-se relevante a mobilização das pessoas envolvidas nessa temática, a fim de que se possa construir, e realizar, projetos cujas ações tornem a região sustentável. O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó, entidade sem fins lucrativos, formada pela reunião de onze municípios do entorno do Parque Nacional do Caparaó, é uma Instituição engajada nesse projeto. Tal Instituição vem realizando, há anos, na região do Caparaó, projetos e ações com o objetivo de desenvolver as comunidades locais, buscando a construção de uma nova realidade sócio-ambiental. Contudo, tais ações não apresentam os resultados esperados, uma vez que a Instituição não possui, ainda, a abrangência esperada. Em função da significância do tema, e da relevância de fomentar o desenvolvimento de tal região, foi realizado um estudo com o objetivo de compreender as ações desenvolvidas, assim como a sua abrangência e efetividade. O estudo foi elaborado sob duas perspectivas, uma teórica e outra empírica, sendo a teórica realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica e a empírica de entrevistas e pesquisa documental. A parte empírica do trabalho foi realizada no período de março a junho de 2009, a fim de coletar dados sobre as ações desenvolvidas, a implantação de novos projetos, bem como sobre a aplicação dos conhecimentos gerados nos eventos. Os resultados revelaram que a Instituição não realiza nenhum estudo de avaliação e mensuração de suas ações, bem como desconhece o processo de difusão do conhecimento e, ainda, não avalia, em nenhuma etapa dos eventos, as ações voltadas para a mudança da realidade. Sendo assim, como forma de otimizar a atuação da Instituição na região, propõe-se a realização de diagnósticos periódicos, planejamento dos projetos com base na realidade de cada comunidade, e a implantação de métodos para a difusão dos conhecimentos gerados, envolvendo parcerias com comunidades locais, de modo que os resultados possam ser, de fato, implantados.

Palavras-chave: Conhecimento; Desenvolvimento Sustentável; Difusão.

1 Introdução

Os problemas ambientais da atualidade, como aquecimento global, poluição do ar, poluição das águas, perda efetiva de matas e da camada de ozônio, entre outros, estão preocupando grande parte da sociedade (governantes, cientistas, empresários, sociedade civil), de modo a conduzi-los para o movimento de mobilização rumo a soluções que amenizem esses problemas para a manutenção da vida no planeta.

Contudo, a busca por soluções não ocorre de modo eficaz, quando feita somente pelo governo, uma vez que este é um aspecto muito abrangente para ser tratado apenas por uma esfera da sociedade. As ações, para que alcancem o sucesso almejado, devem ser efetuadas em rede, envolvendo todos os segmentos da sociedade. Nesse contexto, muitas organizações empresariais e organizações não governamentais, preocupadas com o meio ambiente e com o

desenvolvimento social local, realizam ações e assumem uma postura proativa, no sentido de contribuir para o avanço de tais perspectivas sustentáveis e socialmente responsáveis.

Nesse contexto, vale ressaltar a atuação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó, entidade constituída como sociedade civil sem fins lucrativos, criada em 1999, que atua no lado capixaba do Parque Nacional do Caparaó – PARNA CAPARAÓ – tem sede no município de Guaçuí/ES, e rege-se pelas normas do Código Civil Brasileiro, pela Política Nacional de Meio Ambiente e pela lei Federal nº 9.790/99 Art. 3º, VII e XII.

O Consórcio Intermunicipal do Caparaó, como é conhecido, vem prestando, desde a sua criação, relevantes serviços à Região do Caparaó, por meio de ações de interesse comum e de caráter sócio-econômico e ambiental, executando programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento da região compreendida no território dos onze municípios consorciados, a saber, Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire e São José do Calçado.

Todavia, mesmo sendo o Consórcio uma Instituição estruturada e organizada, percebem-se falhas na sua atuação e a própria sociedade local não tem a dimensão das ações realizadas. Tais falhas ocorrem no sentido de não haver uma difusão do conhecimento produzido, bem como dos resultados alcançados. Nesse contexto, se inserem os objetivos centrais desse artigo, de compreender as ações realizadas pelo Consórcio Intermunicipal do Caparaó, bem como as falhas na difusão dos resultados alcançados por tais ações. A partir dos resultados obtidos nesse estudo, foram elaboradas algumas sugestões, no sentido de otimizar a atuação da Instituição.

O estudo foi realizado por meio de pesquisa qualitativa de caráter analítico-descritivo, cujo propósito não é mensurar os fatos, mas descrevê-los e compreendê-los no seu contexto organizacional (MINAYO, 2001). As informações foram obtidas por meio da pesquisa documental e de entrevistas semi-estruturadas (LAKATOS, 2001), apoiadas em um roteiro prévio, aplicadas a pessoas ligadas à Instituições de Ensino, ONG's e Secretarias de Meio Ambiente, envolvendo, principalmente, Educadores Ambientais. Os dados foram tratados por meio da análise do conteúdo (BARDIN, 1977).

2 O Conhecimento

Nesse contexto de iniciativas e realizações, tão relevante quanto produzir ações é difundir o conhecimento gerado como fim e meio de tais ações. Os estudos sobre a formulação e disseminação do conhecimento são bem antigos. Nos primórdios da antiguidade tal fato já era disseminado entre as classes, sejam por finalidades religiosas, políticas ou econômicas. Muitos estudos foram formulados a fim de formar nos membros sociais interessados, bases de raciocínio que pudessem subsidiar a geração de novos e maiores conhecimentos.

Pode-se tomar como referência os estudos de Jean Piaget (*apud* RUAS *et al.*, 2006) o qual revolucionou as concepções de inteligência e de desenvolvimento cognitivo. Tal pesquisador interessou-se, precisamente, pelas relações que se estabelecem entre o sujeito que conhece e o mundo que tenta conhecer. Considerou-se um epistemólogo genético porque investigou a natureza e a gênese do conhecimento nos seus processos e estágios de desenvolvimento, ele elaborou uma matriz de compreensão do conhecimento, para explicar como se constrói o conhecimento, demonstrado na Figura 01.



Figura 01: Espiral da produção do conhecimento.

Fonte: RUAS *et al.*, 2006, p. 26

Essa matriz aborda as fases percorridas pelo indivíduo no processo de construção de seus conhecimentos (RUAS *et al.*, 2006):

- Saber prévio: não existe um novo conhecimento sem que o indivíduo tenha um conhecimento anterior para assimilá-lo e transformá-lo;
- Desequilíbrio: o sujeito incentivado por interação social, experiência ativa proporciona o estado de insatisfação em relação a aquilo que se sabe;
- Assimilação: não resulta em mudança de saberes ou entendimento, mas garante base necessária para que o novo saber ocorra;
- Acomodação: ato de dialogar sobre as idéias ou informações obtidas unindo-as, comparando-as com as que já sabíamos; reformulação do saber prévio;
- Saber Reelaborado; Novo entendimento formulado ou equilíbrio.

Ruas *et al.* (2006, p. 41) diz que “[...] todo o conhecimento é uma produção social e que, portanto, encontra-se num constante processo de elaboração, reformulação e validação”.

Tendo em vista que o homem necessita de mudanças integradas, completas e de nova aprendizagem em relação às questões ambientais, todo esse processo de produção e entendimento de conhecimento deve ser otimizado. Pois, ações contrárias poderão levar à perda efetiva de tais recursos. Dias (2008) esclarece que o meio ambiente está sofrendo impactos ambientais irreversíveis pela ação humana, sendo que esses impactos prejudicam diretamente os recursos naturais em todo o mundo.

Para que haja conscientização, todos os trabalhos de educação da sociedade deverão ser muito bem divulgados, explicados e medidos. Isto porque a transformação social poderá ser atingida.

A difusão está relacionada com o desenvolvimento de técnicas, tecnologias ou culturas que têm por objetivo principal inovar dentro do contexto, otimizando e potencializando resultados (VERDEJO, 2006).

De acordo com Silva (2009) o processo de difusão compreende cinco etapas, a saber:

- 1) Conhecimento – Esta é a etapa na qual o agricultor simplesmente toma conhecimento da nova idéia [...];
- 2) Interesse – Nesta etapa o indivíduo se torna interessado na idéia. Procura obter informação sobre os fatos relativos à idéia [...];
- 3) Avaliação – Nesta etapa o indivíduo aplica mentalmente a nova idéia à sua situação presente, antecipa os resultados futuros, pesa os “prós e contras”, as diferentes alternativas, e decide se deve ou não experimentar a idéia [...];
- 4) Ensaio ou experiência – Nesta etapa o agricultor deseja comprovar a idéia. Quer ter a oportunidade de experimentá-la a seu modo e em suas condições [...];
- 5) Adoção – Esta é a etapa final do processo mental.

Rodrigues (1985, p. 307) descreve esse processo no esquema de Arco, demonstrado na Figura 02.



Figura 02: Processo de geração e difusão de tecnologia, Esquema do Arco.

Fonte: RODRIGUES (1985, p. 307).

Sendo assim, tem-se um novo processo de trabalho, uma vez que havendo pessoas sensibilizadas e dispostas a mudar seus modos de vida, haverá potencialização de mais programas, projetos e mudança real do contexto ambiental. Todo o processo de real prática de aprendizagem, conduta e práticas ambientais, como Educação Ambiental e a Sustentabilidade são muito importantes para se reverter a situação crítica do meio ambiente.

Para o Programa de Educação Ambiental em Resíduos Sólidos na Região do Caparaó Capixaba (CONSULTORIA..., 2007, p. 06),

[...] a Educação Ambiental surge como um importante instrumento para sensibilizar as pessoas frente ao ambiente, promovendo a aprendizagem de novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, almejando a melhoria da qualidade de vida, a construção de um comportamento ambientalmente responsável.

Tem-se como ferramenta a Difusão de Tecnologia que, segundo Rodrigues (1985, p. 305),

[...] o conceito tradicional de difusão de tecnologia encontrado na literatura refere-se ao tratamento de comunicação que se dá a uma inovação, por diversos canais, para fazê-la chegar aos usuários potenciais dentro de determinado sistema social e em determinado espaço de tempo.

A difusão e o monitoramento de ações sustentáveis são indispensáveis diante do contexto ambiental, pois é através deles que o homem poderá mensurar, quantificar e potencializar medidas de atuação, como, quanto e onde intervir para a reversão deste processo.

Ruas (2006, p. 39) diz que “para uma intervenção crítica e criativa dos atores sociais na realidade em que estão inseridos, é necessária a implementação de processos participativos integrados às dinâmicas locais [...]”. Já para Verdejo (2006), há participação em todos os projetos elaborados para a integralização social.

A adoção de uma nova idéia acompanha uma série de etapas, sendo que a partir do momento em que a idéia se forma, até que se transforma em prática, faz-se necessário conhecer a sucessão de influências nas diferentes etapas do processo.

Carvalho; Mascarenhas e Oliveira (2006, p. 295) afirmam que:

a comunicação como essência da ciência inclui atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde a fase de identificação do problema de pesquisa entendido como o processo de criar ou classificar novos conhecimentos através de várias fontes de informação; até que as informações sobre os resultados das pesquisas sejam aceitas como constituintes transformadores do conhecimento científico por meio de sua socialização.

De acordo com Silva (2009), a sustentabilidade e a educação ambiental por serem temas transversais, ou seja, temas voltados para a construção de uma nova realidade social e que são trabalhados ou difundidos em longo prazo, ao passo que, buscam a formação de valores, comportamentos, ações do indivíduo diante dos direitos e deveres de responsabilidades individuais e coletivas, fazem parte deste processo, descrito nessas diferentes etapas, que são realizadas em longo prazo, sendo assim, a reavaliação e monitoramento constante são necessários.

“Para a construção dessa nova realidade de comportamento social, demandada atualmente, precisa-se [...] conhecer a realidade, a fim de estruturar as ações corretas na região” (RUAS *et al.*, 2006).

Silva (2009) diz que “a difusão de uma nova idéia constitui um processo complexo que implica uma seqüência de considerações e ações”.

Maciel (2005, p. 15), afirma que:

[...] planejar com a comunidade ações de desenvolvimento local, exige à compreensão exata de diversos fatores, que vão desde variantes políticos, até aspectos abstratos ligados diretamente a auto-estima da comunidade a ser trabalhada a questão do pertencimento ao local [...].

Franco (2009, p. 08) concorda, ao dizer que

[...] a difusão participa das diferentes etapas da atividade de pesquisa, como por exemplo, na identificação do problema, na geração, transferência e adoção de tecnologia e dos mecanismos de retroalimentação, através de respostas de atividades capazes de contribuir para o atingimento dos objetivos [...].

3 Sustentabilidade

Para Goeldner, Ritchie e McIntonsh (2002, p. 363) “[...] sustentabilidade é aprimorar a qualidade e a atividade do ambiente natural”. Sachs 1993 (*apud* MACIEL, 2005, p. 19) destaca que existem pelo menos dois fundamentos de sustentabilidade:

1- Sustentabilidade ambiental - entendida como a proteção à natureza e da diversidade biológica; portanto, o desenvolvimento local deve respeitar a capacidade de suporte dos ecossistemas, limitar o consumo dos recursos naturais e provocar o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;

2- Sustentabilidade Social – é fundamentada no estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduz a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa de renda, redução das atuais diferenças sociais e a garantia dos direitos à cidadania.

Essa necessidade de mudança na formação social e ambiental, frente às problemáticas ambientais e de desenvolvimento, priorizando as gerações futuras de poderem desfrutar de um ambiente saudável e rico, é a base para o trabalho da sustentabilidade, onde esta se encontra diretamente inserida no universo social e ambiental, uma vez que tem em sua formação todo o conhecimento e ação das pessoas envolvidas e preocupadas com o desenvolvimento e suas perspectivas e conseqüências.

Sorrentino *et al* (2005, p. 288) dizem que “isso se dá ao assumirmos nossas responsabilidades individuais e coletivas, interligadas pelas circunstâncias sociais e ambientais”.

Os aspectos social e ambiental estão intimamente relacionados, uma vez que estes são formadores e construtores entre si, dando origem à vivência sustentável rumo ao desenvolvimento do cotidiano humano.

Mendes (2008) diz que o conceito de sustentabilidade já está unido ao de desenvolvimento, uma vez que há necessidade de preservação do meio ambiente.

“O conceito de desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura de integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento” (MELO, 2001, p. 14). Sendo que a principal premissa do desenvolvimento sustentável é o uso dos recursos naturais de modo a não destruí-los, pelo contrário, mantê-los, preservando-os para as futuras gerações.

Sentem-se na sociedade atual os efeitos negativos da má utilização e conservação dos recursos naturais. Todavia, os maiores impactos e problemas serão vivenciados nas gerações futuras, onde estas obterão como herança a consecução desses impactos e demais prejuízos.

“A expressão desenvolvimento sustentável estabelece que o atendimento às necessidades do presente não deve comprometer de as futuras gerações atenderem às suas” (SEIFFERT, 2007, p. 20).

Já, para Araújo (2003), a incompatibilidade entre os termos “desenvolvimento sustentável”, onde sustentável possui restrições nas formas de desenvolvimento e evitam-se comportamentos consumistas e materialistas e “desenvolvimento” é empregada no gerencialismo de recursos e meios da forma mais eficiente possível.

Tendo em vista essa preocupação, Sorrentino *et al.* (2005, p. 289) acrescentam que

atualmente, o conceito de desenvolvimento sustentável, indica claramente o tratamento dado à natureza como recurso ou matéria-prima destinado aos objetivos de mercado cujo acesso é priorizado a parcelas da sociedade que detém o controle do capital. Este paradigma mantém o padrão de desenvolvimento que produz desigualdades na distribuição e no acesso a esses recursos, produzindo a pobreza e a falta de identidade cidadã.

Essa abordagem deve ser bem explicada, caso contrário, há o risco do uso demasiado da mesma, tornando-a uma abordagem massiva e permanente.

Pires (2002, p. 61) concorda que

[...] o conceito de desenvolvimento sustentável, a partir da sua concepção e com ampla difusão, desde os anos 1990, pelos mais diversos, e não raro divergentes segmentos da sociedade nas esferas social, política e econômica, vem sendo objeto de abordagens de teor conceitual e crítico cujo mérito consiste em demonstrar o alcance, as deficiências e as ambigüidades evidenciadas já a partir da própria formulação desses conceitos e plenamente constatadas com sua utilização e aprimoração indiscriminadas.

Através do trabalho de ação prática dos agentes sociais, na sustentabilidade e no desenvolvimento, deve-se recuperar o significado do desenvolvimento ecológico, através de técnicas apropriadas, impedirem desperdícios e cuidar da satisfação das necessidades das pessoas, dos contextos culturais e da diversidade dos recursos naturais (SORRENTINO *et al.*, 2005).

“Para que haja desenvolvimento sustentável é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor” (PIRES, 2002, p. 61).

Dias (2008) afirma que essas necessidades para serem atendidas é necessária uma elevação do nível de conscientização de toda a humanidade. Para que haja a formação dessa conscientização deve-se efetuar um trabalho claro, objetivo e acessível a todos os membros da sociedade.

Para Goeldner; Ritchie e McIntonsh, (2002, p. 358),

para que possa funcionar, o desenvolvimento sustentável deve tornar-se uma maneira normal de pensar e agir por parte da maioria da comunidade global. [...]. Em poucas palavras, se quisermos que o desenvolvimento sustentável seja o modelo para o futuro, ele deve ser uma abordagem viável para garantir que possamos substituir aquilo que consumimos, e que, no processo de consumo, não sejam criados subprodutos que poluam ou destruam o ecossistema do qual dependem as futuras gerações.

“A capacidade de transformação social, quando se atua em rede, é muito maior do que outras formas tradicionais” (FONTES, 2008, p. 186). Sendo assim, a rede envolve todos de modo geral e holístico, de forma completa e integrada, propiciando atitudes sustentáveis. E, segundo (MACIEL, 2005, p.15), “as ações compartilhadas de desenvolvimento local sustentável ganham aí o início de sua implementação”.

Como todos fazem parte do contexto ambiental e social, voltado para o bem dos mesmos, essa mudança de visão e, por conseguinte de atitudes, é um dever de cada um, uma

vez que é garantido como direito e dever como prevê a Declaração do Meio Ambiente, no seu Art. 225 (*apud* PELLEGRINI FILHO, 1993, p. 183):

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

“Essa ação da cidadania busca desfrutar e consolidar os direitos ambientais [...], torná-los efetivos no cotidiano das pessoas e sensibilizar o Estado para essa nova realidade de articulação com a sociedade civil” (DIAS, 2008, p. 159).

A ação cidadã é um meio muito eficiente na mudança do atual contexto de degradação ambiental, pois só a atuação do governo de modo isolado, se mostra ineficiente, frente aos problemas atuais.

Uma vez que, segundo Seiffert (2007), há necessidade da participação da sociedade nas questões ambientais, pois o governo tem se mostrado ineficiente nas ações corretivas e preventivas dentro deste assunto. “[...] tal situação retrata a incapacidade do Estado em planejar e programar políticas públicas, seja através de sua ação direta, seja incentivando os demais atores econômicos, minimamente capazes de produzir e distribuir a riqueza” (CASTRO NETO; GUIMARÃES, 2000, p. 88).

É nesse universo que surge, então, o terceiro setor, formado por organizações sem fins lucrativos. ONGs e outras organizações afins ocupam espaços que não são preenchidos pelo Estado e pelo setor privado, que evidenciam o comércio de bens e serviços de modo a atender os clientes (TACHIZAWA, 2007).

Para Fontes (2008, p. 21), “o terceiro setor é constituído, fundamentalmente, pela mobilização, e pelo agrupamento da sociedade civil por meio de entidades, associações e organizações não-governamentais” e de acordo com Lakatos (1999) o homem, em sua totalidade, forma e participa de grupos sociais, onde estes são categorias socialmente importantes e significativas.

Esse grupo ainda tem a função de

proporcionar os conhecimentos fundamentais das ciências naturais e sociais necessários para a utilização racional e a conservação dos recursos da Biosfera e para o melhoramento da relação global entre o homem e o meio, assim como para prever as conseqüências das ações de hoje sobre o mundo de amanhã, aumentando assim a capacidade do homem para ordenar eficazmente os recursos naturais da Biosfera (UNESCO, *apud* DIAS, 2008, p.14).

“O reconhecimento do terceiro setor é o primeiro passo para uma melhor compreensão do papel de entidades com fins de lucro social em um mercado social” (FONTES, 2008, p. 20).

Para Maciel (2005, p. 15), o papel do terceiro setor é “estimular o capital social rumo ao desenvolvimento local de maneira sustentável”.

O trabalho deste setor também está focalizado no que diz respeito à Educação Ambiental, onde essa educação está vinculada à legislação, medidas que adotem e envolvam o homem e o meio ambiente (FONTES, 2008).

Aperfeiçoar o conhecimento integrado das pessoas da sociedade, através da formação de grupos de ação, originam-se meios de intervenção, contenção e novas tecnologias, necessárias à manutenção do meio ambiente, suas riquezas e potencialidades (VIEIRA, 2009).

Sorrentino *et al.* (2005, p. 291) descrevem que são exemplos de intervenção e contenção das agressões ao meio ambiente, formadas pelo trabalho dessas pessoas,

[...] programas e projetos voltados aos municípios e suas articulações regionais, como os consórcios e comitês de bacia hidrográfica destinados ao envolvimento de cada um dos moradores da região que precisam e podem ser potencializados nas suas lutas cotidianas (SORRENTINO, 2005, p. 291).

4 Educação Ambiental

Segundo Dias (2008, p. 177), a Educação Ambiental deve ajudar os grupos sociais e indivíduos a:

- a) adquirir consciência do meio global e ajudar-lhes a sensibilizar-se por essas questões;
- b) adquirir diversidades de experiências e compreensão fundamental do meio ambiente e dos problemas conexos;
- c) comprometer-se com uma série de valores, e a sentir interesse e preocupação pelo meio ambiente, motivando-os de tal modo que possam participar ativamente da melhoria e na proteção do meio ambiente;
- d) adquirir as habilidades necessárias para determinar e resolver os problemas ambientais;
- e) proporcionar a possibilidade de participar ativamente nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais.

A educação ambiental é um assunto complexo e que atinge os valores e atitudes das pessoas, com o intuito de melhorar as condições de vida e assim, elevar o potencial de todas suas relações com o meio no qual está inserido (sociedade).

A fim de articular entre os agentes sociais uma nova forma de pensamento, que mude seu cotidiano, para o desenvolvimento integrado da sociedade, Melo (2001, p. 11) concorda dizendo que “o estabelecimento de novos valores que ajudem os indivíduos a enfrentarem as realidades sociais, ambientais e de desenvolvimento que se encontram em rápida transformação”.

Uma das ferramentas mais importantes no contexto de mudança é a educação ambiental. Neste sentido, “a educação ambiental [...] é base para a conservação da biodiversidade e, portanto, torna-se fundamental a inclusão da população local em programas educativos” (DIAS, 2008, p. 179).

Cavalcanti (1999) concorda que a educação, a gestão participativa e o diálogo entre os sujeitos sociais, são três parâmetros fundamentais para a regulação da questão ambiental.

Sendo assim, a participação de todos é fundamental e, para isso, todo o trabalho fomentado nessa área deve ser muito bem divulgado e colocado à disposição de todos através de um trabalho de resgate da consciência e interesse da comunidade.

Segundo Neves (2007, p. 56), “precisamos replicar modelo de inserção social, tornando-o um modelo, padrão de mais fácil conhecimento e difusão, conhecer mais os estatutos e regimentos das formas de organização [...]”.

Maciel (2005) aponta que essa ação de valorização do capital social leva ao sentimento de pertencimento coletivo, solidariedade e otimização das ações.

Todos juntos podem formar novas alternativas de proteção e de desenvolvimento do meio ambiente através da educação ambiental e da sustentabilidade. “O que se percebe, então, é que os problemas ambientais não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas, [...]” (MELO, 2001, p.13).

5 O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento sustentável da Região do Caparaó é formado pela reunião de onze municípios e quinze Organizações Não Governamentais (ONG's), foi criado em 1999 e atua na realização de obras, serviços, projetos e atividades de competência local, mas de interesse comum intermunicipal de toda a região do Caparaó. Desde sua criação, vem realizando importantes projetos que visam principalmente, conscientizar as pessoas da importância do meio ambiente, da sustentabilidade e do turismo na região.

Atualmente, observa-se que a região não tem apresentado mudanças nas áreas que se constituem em linhas de trabalho do Consórcio, demonstrando assim, certa falta de eficácia em sua atuação, bem como no processo de difusão de informações e de conhecimentos.

Com o objetivo de compreender quais são as ações realizadas pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó, foram feitas visitas à instituição no intuito de pesquisar em documentos impressos, e digitais, sobre os eventos e projetos organizados e executados pela Instituição. A análise de tais documentos irá subsidiar a identificação dos pontos falhos na atuação do Consórcio.

A Tabela 01, que segue, traz informações sobre as ações, projetos e eventos, realizados e mentidos pela Instituição.

Tabela 01: Eventos realizados na Região do Caparaó.

<i>Eventos</i>	<i>Ano de Realização</i>	<i>Local</i>
Oficina: O Lixo é Luxo	2006	Jerônimo Monteiro
Oficina: Terra Viva (tinta ecológica)	2006	Jerônimo Monteiro
Mini-Curso de Empreendedorismo	2007	Muniz Freire
Oficina: Compostagem Caseira	2007	Muniz Freire
Oficina: Fotografia	2008	Ibitirama
Mini-Curso de Empreendedorismo	2008	Ibitirama
Curso de Cinema e Vídeo (MoVA)	2006	Dores do Rio Preto
Curso de Cinema e Vídeo (MoVA)	2007	Divino de São Lourenço
Curso de Cinema e Vídeo (MoVA)	2008	Muniz Freire

Fonte: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó.

Ficou constatado que, para todos os eventos realizados, não houve nenhuma atividade voltada para avaliação (antes, durante e após) dos participantes, como pré-teste, teste e pós-teste, o que caracteriza a falta de controle sobre estes eventos, bem como não se têm informações sobre seus efeitos.

A partir das informações obtidas na instituição, ficou evidente a não realização de planejamentos sobre as necessidades, tipos, locais, épocas, participantes, entre outras características, o que torna os eventos com pouca aplicabilidade para a realidade em questão.

Após a realização dos eventos, segundo informações do Consórcio, apenas são executadas ações de divulgação, através da mídia regional, sobre o tipo do evento, objetivos, quantidade de participantes, locais, épocas e entidades envolvidas.

Não foram identificadas ações de difusão das informações/conhecimentos gerados, no sentido de se avaliar os resultados práticos dos eventos, uma vez que sem planejamento prévio, não se pode querer buscar o desenvolvimento das comunidades estudadas.

6 Conclusão

Com base nos resultados obtidos, pode-se afirmar que o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó precisa realizar diagnósticos periódicos, a fim de aumentar a eficácia de sua atuação. Tais diagnósticos terão como objetivo identificar as necessidades das diversas comunidades (conhecimentos nas áreas econômica, social e ambiental), tendo como foco principal a sustentabilidade e a educação ambiental. A periodicidade está em função do tipo de evento e da duração do período de adoção dos conhecimentos gerados. Mediante o levantamento de informações nas comunidades envolvidas, serão identificados os eventos a serem elaborados, bem como o monitoramento das ações provenientes de eventos realizados.

Para cada evento proposto, deverá ser feito um planejamento que vai, desde a identificação das ações, objetivos, métodos e técnicas, participantes (instrutores e receptores), até o levantamento de recursos necessários (materiais, humanos e financeiros). Nesta fase, deverão participar efetivamente membros das comunidades na construção das idéias dos eventos.

Para a identificação das necessidades (diagnósticos) de conhecimento nas comunidades, bem como para a realização dos eventos e para o processo de difusão das informações/conhecimentos gerados pelos eventos, deve-se buscar parcerias com moradores das zonas urbanas, agricultores, empresas públicas e privadas (prestação de serviços e agentes financeiros).

É necessária a avaliação do conhecimento dos participantes no início dos eventos (pré-teste), durante (teste) e ao final (pós-teste), visando realizar um nivelamento, antes de se começar com as ações programadas, bem como poder acompanhar o aprendizado e, ao final, verificar se os objetivos propostos foram alcançados.

Recomenda-se que a instituição adote o processo de Difusão, passando pelas fases do planejamento e monitoramento de ações que são indispensáveis diante do contexto ambiental, pois através desse processo é que se podem viabilizar as atividades desenvolvidas pelo Consórcio nas comunidades que compõem a Região do Caparaó.

Referências

ARAÚJO, Cíntia Moller. **Ética e qualidade no turismo do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó, de 30 de julho de 2009. **Estatuto Social de Acordo com as Deliberações da Assembléia**, Brasil, 20 de outubro de 2009, p. 01.

- CARVALHO, Antônio Ramalho de Souza; MASCARENHAS, Carlos César de; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido. Ferramentas de Disseminação do Conhecimento em uma Instituição de C, T&I de Defesa Nacional. **Revista de gestão da tecnologia e sistema de informação**, São Paulo, v.3, n.2, 2006, p. 77-92.
- CASTRO NETO, Pedro Pentead de; GUIMARÃES, Paulo César Vaz. A Gestão dos Resíduos Sólidos em São Paulo e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **RAP: revista de administração pública**. Rio de Janeiro, v. 34, p. 87-104, 2000.
- CAVALCANTI, C. **Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- CONSULTORIA, Visão Ambiental. **Programa de educação ambiental em resíduos sólidos na Região do Caparaó Capixaba**. Espírito Santo, 2007.
- CONSÓRCIO, Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó. **Ata de alteração da diretoria**. Guaçuí, 10 de dezembro de 2008.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Turismo sustentável e meio ambiente**. 1.ed.- 4º reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- FONTES, Miguel. **Marketing social: novos paradigmas**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.
- FRANCO, Camilo Flamarion de Oliveira. **Dinâmica da difusão de tecnologia no sistema produtivo da agricultura brasileira**. Disponível em: <<http://www.emepa.org.br/anais/volume2/av210.pdf>> Acesso em: 21/05/2009.
- GOELDNER, R. Charles; RITCHIE, Brent J. R e McINTONSH W. Robert. **Turismo. princípios, práticas e filosofias**. 8ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- _____. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**, 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MACIEL, C, Roberto. **Estudo de caso em gestão social: Projeto NUMA**, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso da UVV-Faculdade de Guaçuí, Guaçuí, 2005.
- MELO, Rosemeri Santos de. **A Dimensão ambiental da educação e as redes de informação e conhecimento**. 2001. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental-Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte: 2001. Disponível em <<http://www.remea.furg.br/mearemeavol5rosimeri.pdf>> Acesso em: 03 abr. de 2009.
- MENDES, Tânia. **A única saída para o planeta: sustentabilidade**, Revista Brasileira de Administração, Brasília-DF, ano XVIII, nº 67, p. 24 a p. 30, 2008.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NEVES, Marcos Fava (coord). **Agronegócios e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2007.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. São Paulo: Papyrus, 1993.
- PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- RUAS, Elma Dias *et al.* **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável- MEXPAR**. Belo Horizonte: 2006.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Difusão de tecnologia: uma abordagem além do circuito tecnológico.** Brasília, p. 305 – 311, maio/agosto, 1985. Disponível em: http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v02/cc02n2_05.pdf. Acesso em: 17/04/2009.

SEIFFERT, M.E. Bernardini. **ISO 14001 sistemas de gestão ambiental:** Implantação objetiva e econômica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Antônio Elias Souza da. **Difusão e adoção de conhecimento.** 2009. Vitória-ES, 05/06/2009.

SORRENTINO, *et al.* Educação Ambiental como política pública. **Educação e pesquisa.** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285- 299, maio/agosto, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epv31n2a10v31n2.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2009.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor:** criação de ONGs e estratégias de atuação. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP.** Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VIEIRA, Paulo Freire. **Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento,** 2009. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~aped/meio_ambiente_desenvolvimento_e_planejamento.html> Acesso em: 06/07/2009.